

Experiências internacionais em estatísticas relacionadas à mudança do clima

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)¹

O Seminário Internacional “Relacionando Mudanças do Clima e Contas Nacionais” mostrou que o estado da arte das contas brasileiras, e mundialmente, envolve a necessidade de união entre partes e sistemas de informação – juntos para o desafio de uma era em que pessoas e economia serão avaliadas conforme diminuam impactos de emissões de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera.

Robert Smith, em sua palestra, destacou que é necessário tecer uma teia que internalize as recomendações feitas pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (UNECE),² como contribuições da comunidade estatística para análise da mudança do clima nas contas nacionais. O objetivo é aperfeiçoar o trabalho de reportar as emissões de GEE no âmbito do Protocolo de Quioto. Geradores de informação sobre mudança do clima (dado meteorológico ou científico) e estatísticas oficiais precisam trabalhar conjuntamente, visando alargar a análise climática. Essa parceria – incluindo produtores locais de informação em novas agências – intensifica a acuidade dos dados de GEE para inventários, como fonte útil para decisões e coerência com o sistema nacional de estatística, para busca de oportunidades de medição de adaptação à mudança do clima; levantamento de transformações proporcionadas por um setor, por exemplo, perda agrícola decorrente da seca; tecnologias de mitigação v.g. resultados de utilização de painéis solares em contas ambientais de produtos e serviços. Países precisam levar essas recomendações a sério, produzindo itinerários, compilando tabelas, de modo a integrar impactos econômicos e ambientais da mudança do clima aos exercícios de modelagem.

Sokol Vako, representante da Seção de Contas Econômicas Ambientais, da Divisão de Estatística das Nações Unidas (UNSD), nomeou “partes de um quebra-cabeça” as análises que exigem múltiplas fontes de informação. Esclareceu que, para o desenvolvimento sustentável, a política pública ambiental precisa considerar os nexos entre os sistemas naturais (v.g. interconexão entre alimentação, energia, água e clima), reconhecendo as suas relações (informação ambiental integrada) e aquelas entre economia e meio ambiente (informação econômico-ambiental integrada). Referiu-se ao Sistema de Contas Econômicas Ambientais (SEEA)³ como estratégia de padronização estatística, a ser usada para monitorar econômica e ambientalmente os indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de modo integrado. A fim de explicitar a relevância do SEEA perante a questão da mudança do clima, ele desenvolveu a relação entre contas de emissões atmosféricas por unidades econômicas residenciais e por tipo de substância, além do inventário de emissões – por exemplo, pelas contas de emissões do território da Dinamarca (inventários IPCC), acrescidas pelas emissões causadas por dinamarqueses residentes no estrangeiro e outros, como relevantes para mensurar a pegada das atividades econômicas da Dinamarca (Contas Ambientais); por contas atribuídas pela Holanda; por levantamento da contribuição de determinada indústria no total de emissões da economia comparativamente às atividades econômicas e de emissões atmosféricas; por meio de cálculos de emissões de CO₂, *per capita* quanto a produção e consumo – informações úteis para políticas públicas.



Pierre-Alain Pioneer, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), endossou que o SEEA é ideal para contabilização das emissões globais atmosféricas, assegurando ser capaz de prover as primeiras estimativas⁴ aos países que ainda não as compilaram. A energia foi mencionada como dado útil para os inventários.

Referência:

UNECE: Conferência para Recomendação dos Estatísticos Europeus em Estatísticas relativas à Mudança do Clima. Genebra, 2014. Disponível em: <http://www.unece.org/fileadmin/DAM/stats/publications/2014/CES_CC_Recommendations.pdf>.

Notas:

1. Este seminário foi uma iniciativa conjunta do Ipea, do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (ECLAC) no Brasil, em atendimento à proposição do Ministério do Meio Ambiente (MMA), viabilizado financeiramente pelo Instituto Clima e Sociedade (iCS) e tecnicamente pela Rede Clima. Relatora técnica: Flávia Witkowski Frangetto. Para informações adicionais, ver: <http://www.ipcig.org/pub/port/JP16PT_Relatorio_Seminario_Internacional_Relacionando_Mudanca_do_Clima.pdf>.
2. A Força Tarefa da UNECE definiu a estatística em mudança do clima como "o dado econômico, social e ambiental que mede as causas humanas de mudança do clima, seus impactos nos sistemas humanos e naturais, os esforços humanos para evitar consequências e seus esforços para adaptar a essas consequências" (UNECE 2014).
3. Ver manuais "SEEA Central Framework" em: <https://unstats.un.org/unsd/envaccounting/seeaRev/SEEA_CF_Final_en.pdf> e <https://unstats.un.org/unsd/envaccounting/seeaRev/eea_final_en.pdf>.
4. Contas de Emissões Atmosféricas de países europeus, Austrália e Canadá: <<http://stats.oecd.org/Index.aspx?QueryId=72560>>.